



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Brasília-DF
Dezembro/2025

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
BALANÇO PATRIMONIAL	15
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	15
NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	16
NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	16
NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS	17
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	18
NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL	18
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	19
NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	19
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	20
NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
BALANÇO FINANCEIRO	21
NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO	21
PARTES RELACIONADAS	22

**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Márcio Luiz França Gomes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS**

Esther Dweck

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Isabela Gomes Gebrim

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza

Alexandre Gomes Oliveira

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) é um órgão público da Administração Direta, integrante da estrutura do Governo Federal, inscrito no CNPJ nº 52.224.046/0001-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco J – CEP 70.053-900, Brasília/DF. O MEMP foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.187, posteriormente convertida na [lei nº 14.816](#) de 16 de janeiro de 2024.

Este Ministério foi criado por desmembramento a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), tendo como áreas de competência:

- I. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
 - a) empreendedorismo;
 - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
 - c) artesanato e microempreendedorismo;
 - d) educação empreendedora;
 - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos;
- II. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- III. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- IV. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- V. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;

- VI. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;
- VII. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;
- VIII. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;
- IX. registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- X. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;
- XI. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;
- XII. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;
- XIII. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa;
- XIV. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MEMP relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/memp/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os

seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		13.755.347	5.470.046
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.825.184	1.495.195
Créditos a Curto Prazo	2	10.930.163	3.974.851
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1	2.398.253	-
(-) Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.1 -	2.398.253	-
Demais Créditos e Valores	2.2	10.930.163	3.974.851
Demais Créditos e Valores	2.2	10.930.163	3.974.851
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		4.675.061	809.057
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	4.675.061	809.057
Bens Móveis	-	4.675.061	809.057
Bens Móveis	-	4.720.876	809.057
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	- -	45.815	-
Intangível	-	-	-
Diferido	-	-	-
Total do Ativo		18.430.408	6.279.103

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		4.605.460	1.949.980
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	3	2.317.495	1.454.913
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	1.222.011	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	-	217.248
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	1.065.955	277.819
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	3	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	5	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	4	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	4.605.460	1.949.980
Patrimônio Líquido	5	13.824.948	4.329.123
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	6	13.824.948	4.329.123
Resultado do Exercício	6	9.487.616	4.207.806
Resultados de Exercícios Anteriores	6	4.329.123	129.526
Ajustes de Exercícios Anteriores	6	8.208 -	8.208
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.430.408	6.279.103

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	18.430.408	6.279.103
Financeiro	2.825.184	1.495.195
Permanente	15.605.224	4.783.908
Passivo	1.190.573.302	1.200.645.966
Financeiro	1.190.345.779	1.200.637.757
Permanente	227.523	8.208
Saldo Patrimonial	- 1.172.142.894	- 1.194.366.862

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	1.027.738	47.500
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.027.738	47.500
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Passivos	151.264.801	6.176.520
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	32.179.957	1.970.054
Obrigações Contratuais	119.084.845	4.206.466
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Saldo Patrimonial	- 150.237.064	- 6.129.020

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Recursos Não Vinculados	- 1.172.414.619	- 1.199.142.562
Recursos Vinculados	- 15.105.976	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	
Previdência Social (RPPS)	-	
Previdência Social (RGPS)	-	
Dívida Pública	-	
Fundos, Órgãos e Programas	- 15.105.976	
Total	- 1.187.520.595	- 1.199.142.562

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2025	2024
Aumentativa	8.1	230.856.678	5.424.827.084
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		28.375	13.962
Exploração de Bens, Direitos e		28.375	13.962
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		212.818.472	5.422.624.723
Transferências Intragovernamentais		212.398.301	5.421.812.061
Outras Transferências e Delegações		420.171	812.662
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		10.494.751	1.258.259
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		7.515.079	930.141
Diversas Variações Patrimoniais		4.640.757	930.141
Diminutiva	8.2	221.369.062	5.420.619.278
Pessoal e Encargos		21.767.464	17.989.739
Remuneração a Pessoal		15.887.062	13.433.743
Encargos Patronais		2.508.669	2.020.981
Benefícios a Pessoal		1.949.922	1.775.654
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		1.421.812	759.362
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		75.491	50.198
Outros Benefícios Previdenciários e		75.491	50.198
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		29.245.629	12.683.118
Uso de Material de Consumo		-	2.546
Serviços		29.199.814	12.680.572
Depreciação, Amortização e Exaustão		45.815	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		66.808.895	68.214.191
Transferências Intragovernamentais		8.050.630	-
Transferências Intergovernamentais		58.753.352	19.117.771
Transferências ao Exterior		-	49.092.816
Outras Transferências e Delegações		4.912	3.605
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		5.761.743	4.502.045.731
Desincorporação de Ativos		3.581.665	2.045.731
Tributárias		-	221
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		97.709.841	819.636.079
Subvenções Econômicas		97.705.757	819.634.961
Diversas Variações Patrimoniais		4.084	1.118
Resultado Patrimonial do Período	8	9.487.616	4.207.806

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.731.210	4.500.838.246
INGRESSOS	216.881.175	5.415.699.672
Outras Receitas Derivadas	4.100.222	-
Outros Ingressos Operacionais	212.780.953	5.415.699.672
Ingressos Extraorçamentários	2.040	35.931
Transferências Financeiras	212.210.003	5.414.719.639
Arrecadação de Outra Unidade	568.910	944.102
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	- 213.149.965	- 914.861.426
Pessoal e Demais Despesas	- 134.797.394	- 843.038.118
Essencial à Justiça	- 4.286	-
Administração	- 21.771.107	- 16.011.362
Comércio e Serviços	- 113.011.883	- 827.026.756
Trabalho	- 10.119	-
Encargos Especiais	-	-
Transferências Concedidas	- 61.388.464	- 69.950.253
Intergovernamentais	- 13.015.234	- 8.811.096
Intragovernamentais	- 2.417.864	- 1.956.914
Outras Transferências Concedidas	- 45.955.367	- 59.182.243
Outros Desembolsos Operacionais	- 16.964.107	- 1.873.056
Dispêndios Extraorçamentários	- 2.040	- 39.272
Transferências Financeiras	- 8.050.630	-
Demais Pagamentos	- 8.911.437	- 1.833.784
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 2.401.221	- 4.500.000.000
INGRESSOS	882.543	-
DESEMBOLSOS	- 3.283.764	- 4.500.000.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.329.989	838.246
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.495.195	656.949
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.825.184	1.495.195

Balanço Orçamentário

	Órgão			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Corrente	-	-	4.100.222	4.100.222
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	4.100.222	4.100.222
Capital	-	-	882.543	882.543
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	882.543	882.543
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	4.982.765	4.982.765
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	4.982.765	4.982.765
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	4.982.765	4.982.765
Déficit	-	-	185.301.093	185.301.093
Total	-	-	190.283.858	190.283.858
Créditos Cancelados	-	50.577.757	-	-

	Órgão					
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	262.625.961	198.961.455	170.357.945	91.021.913	87.504.776	28.603.510
Pessoal e Encargos Sociais	20.901.693	20.877.112	19.486.356	18.977.371	16.909.648	1.390.756
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	241.724.268	178.084.343	150.871.589	72.044.542	70.595.127	27.212.754
Capital	7.861.369	20.948.118	19.925.912	4.586.873	4.382.837	1.022.206
Investimentos	7.861.369	20.948.118	19.925.912	4.586.873	4.382.837	1.022.206
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	270.487.330	219.909.573	190.283.858	95.608.786	91.887.612	29.625.715
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	270.487.330	219.909.573	190.283.858	95.608.786	91.887.612	29.625.715
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	270.487.330	219.909.573	190.283.858	95.608.786	91.887.612	29.625.715

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

	Órgão					
Restos a Pagar Não Processado	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.803.967	1.196.951.542	105.933.967	105.933.967	1.191.800	1.091.629.742
Pessoal e Encargos Sociais	-	267.027	237.583	237.583	-	29.444
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.803.967	1.196.684.515	105.696.385	105.696.385	1.191.800	1.091.600.298
Despesa de Capital	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Investimentos	335.076	-	-	-	32.658	302.418
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	2.139.043	1.196.951.542	105.933.967	105.933.967	1.224.458	1.091.932.160

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

	Órgão				
Restos a Pagar Processado	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	1.441.749	1.430.794	10.955	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.283.276	1.275.602	7.674	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	158.473	155.192	3.281	-
Despesa de Capital	-	217.248	217.248	-	-
Investimentos	-	217.248	217.248	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	-	1.658.997	1.648.042	10.955	-

Balanço Financeiro

INGRESSOS	Órgão	
	2025	2024
Receitas Orçamentárias	4.982.765	-
Não Vinculados	4.982.765	-
Vinculadas	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	212.210.003	5.414.719.639
Resultantes da Execução Orçamentária	113.488.225	5.400.448.473
Cota Recebida	113.488.225	907.813.078
Repasse Recebido	-	4.492.635.395
Sub-repasse Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	98.721.779	14.271.165
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	94.967.559	11.342.771
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.754.220	2.928.395
Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	98.967.195	1.199.373.325
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.721.174	1.441.749
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	94.675.071	1.196.951.542
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.040	35.931
Outros Recebimentos Extraorçamentários	568.910	944.102
Arrecadação de Outra Unidade	568.910	944.102
Demais Recebimentos	-	-
Saldo do Exercício Anterior	1.495.195	656.949
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.495.195	656.949
TOTAL	317.655.158	6.614.749.913

DISPÊNDIOS	Órgão	
	2025	2024
Despesas Orçamentárias	190.283.858	6.598.692.817
Não Vinculados	170.995.045	6.598.692.817
Vinculadas	19.288.812	-
Fundos, Órgãos e Programas	19.288.812	-
Transferências Financeiras Concedidas	8.050.630	-
Resultantes da Execução Orçamentária	8.050.630	-
Repasse Concedido	8.050.630	-
Sub-repasse Concedido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	116.495.486	14.561.902
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.648.042	788.323
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	105.933.967	11.900.523
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.040	39.272
Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.911.437	1.833.784
Demais Pagamentos	8.911.437	1.833.784
Saldo para o Exercício Seguinte	2.825.184	1.495.195
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.825.184	1.495.195
TOTAL	317.655.158	6.614.749.913

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/Capital Social	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		129.526	129.526
Variação Cambial			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	8.208	8.208
Aumento/Redução de Capital			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas			
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Resultado do Exercício		4.207.806	4.207.806
Constituição/Reversão de Reservas			
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio			
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação			
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
Saldo Final do Exercício 2024		4.329.123	4.329.123

Especificação	Patrimônio/Capital Social	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025		4.329.123	4.329.123
Variação Cambial			
Ajustes de Exercícios Anteriores		8.208	8.208
Aumento/Redução de Capital			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas			
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Resultado do Exercício		9.487.616	9.487.616
Constituição/Reversão de Reservas			
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio			
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação			
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
Saldo Final do Exercício 2025		13.824.948	13.824.948

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MEMP.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MEMP que são integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MEMP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. empréstimos e financiamentos
- ii. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas

quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- ii. **Consolidação:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MEMP, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MEMP porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).
- iii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iv. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MEMP:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Corregedoria

Ouvidoria

Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Moeda Nacional	2.825.184	1.495.195	89%	100%
Total	2.825.184	1.495.195	89%	100%
Circulante	2.825.184	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Limite de Saque	2.825.184	1.495.195	89%	100%
Total	2.825.184	1.495.195	89%	100%
Circulante	2.825.184	1.495.195		
Não Circulante	-	-		

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Empréstimos e Financiamentos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Empréstimos Concedidos	2.398.253	-	100%	100%
Subtotal	2.398.253	-	100%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	2.398.253	100%	-100%
Total	-	-	100%	0%

Circulante	-	-
Não Circulante	-	-

O registro em 2025 refere-se à transferência de saldo das contas de Empréstimos Concedidos a Receber realizado entre as Unidades Gestoras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDICS e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, conforme parecer nº 00468/2024/Conjur-MDIC/CGU/AGU e Despacho nº 48654815 (processo 52315.001856/2024-38).

A Lei nº 14.042/2020 instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com o objetivo de facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, para a proteção de empregos e da renda.

O programa é operacionalizado por meio de duas modalidades:

- I. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI), por meio da disponibilização de garantias via Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); e
- II. Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), por meio da concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Os registros realizados pela União refletem exclusivamente da movimentação financeira informada pelo BNDES (agente operador do empréstimo). Os registros realizados pelo BNDES são impactados por pendências e deficiências nas informações prestadas pelos agentes financeiros do Programa ao BNDES. O BNDES, a União e Agentes financeiros estão realizando a conciliação do programa para ajustes de suas posições.

Agentes Financeiros	Saldo Devedor	% Saldo do PEAC	% Inadimplência sobre o Saldo Devedor	% Inadimplência sobre Valor Liberado	Saldo	Saldo Comissão BNDES
Inter	-	0,00%	0%	0,00%	-	-
BB	-	0,00%	0%	0,00%	-	-
BMG	-	0,00%	0%	0%	-	-
CEF	2.407.250	100,00%	100%	0,08%	2.398.253	8.997
Money Plus	-	0,00%	0%	0,00%	-	-
Safra	-	0,00%	0%	0,00%	-	-
Total	2.407.250	100%	100%	0,08%	2.398.253	8.997

Fonte: BNDES (CMQ). Posição em 31/12/2025

A diferenças observadas entre o saldo devedor do extrato financeiro fornecido pelo BNDES e o valor registrado na conta de Empréstimos Concedidos refere-se às comissões pertinentes do BNDES.

2.2 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Adiantamento TED	10.747.903	3.769.887	185%	98%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	182.260	204.964	-11%	2%
Total	10.930.163	3.974.851	175%	100%
Circulante	10.930.163	3.974.851		
Não Circulante	-	-		

- i. **Adiantamento - TED:** Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020". As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MEMP encontram-se disponíveis em: <https://www.gov.br/memp/convenios-e-transferencias>.

- ii. **Adiantamento Concedidos a Pessoal:** Essa rubrica é composta basicamente pelo adiantamento de 13º, adiantamento de férias, pagamento antecipado de salários, auxílio-alimentação e auxílio transporte.

NOTA 03 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MEMP estão descritas na tabela abaixo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Salários, Remunerações e Benefícios	1.977.518	1.303.033	52%	85%
Contribuições a Entidades de Previdência	239.829	148.453	62%	10%
Férias a pagar	97.426	-	100%	4%
Benefícios Previdenciários	2.722	3.427	-21%	0%
Total	2.317.495	1.454.913	59%	100%

Circulante	2.317.495	1.454.913
Não Circulante	-	-

O montante apresentado em 31/12/2025 decorre do fato das Ordem Bancárias (OB) geradas, a partir de um documento hábil do tipo "FL" (folha), serem emitidas apenas no primeiro dia útil subsequente (D+1). A rotina do pagamento de pessoal ativo e inativo ocorre da seguinte forma: a despesa orçamentária é liquidada na última semana de cada mês e a Ordem de Pagamento (OP) é feita no último dia útil. Entretanto, a Ordem Bancária (OB) só é gerada no primeiro dia útil subsequente ao pagamento, onde ocorre a baixa dos recursos financeiros e a quitação da obrigação.

NOTA 04 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Detalhamento	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Consignações	972.050	266.864	264%	91%
Obrigações com Entidades	62.032	10.955	466%	6%
Diárias a Pagar	31.873	-	100%	3%
Total	1.065.955	277.819	284%	100%

Circulante	1.065.955	277.819
Não Circulante	-	-

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	31/12/2025	31/12/2024		
Resultado do Exercício	9.487.616	4.207.806	125%	69%
Result. de Ex. Anteriores	4.329.123	129.526	3242%	31%
Ajustes de Ex. Anteriores	8.208 -	8.208	-200%	0%
Total	13.824.948	4.329.123	219%	100%

NOTA 06 - CONTROLES CONTÁBEIS

6.1 Atos Potenciais

6.1.1 Atos Potenciais Passivos

6.1.1.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a

correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparência e a efetividade das ações financiadas.

A tabela a seguir apresenta o estoque de prestações de contas do MEMP, classificado conforme o ano de encerramento da vigência dos convênios e demais instrumentos congêneres celebrados pelo órgão.

Estoque de Prestação de Contas	31/12/2025	31/12/2024	AH	AV
Entre 2022 e 2024	2.271.686	5.429.834	-58%	1%
Vencidas em 2025	25.350.188	-	100%	12%
A Vencer	178.811.762	28.484.908	528%	86%
Sem Informação	1.891.000	-	100%	1%
Total	208.324.636	33.914.743	514%	100%

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial para gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 07 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **dezembro de 2025** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Variação Patrimonial Aumentativa	230.856.678	5.424.827.084
Variação Patrimonial Diminutiva	221.369.062	5.420.619.278
Total	9.487.616	4.207.806

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MEMP, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	818.766.811	- 605.948.339	212.818.472
Transferências e Delegações Concedidas	672.757.233	- 605.948.339	66.808.895

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	6.340.478.609	- 917.853.886	5.422.624.723
Transferências e Delegações Concedidas	986.068.078	- 917.853.886	68.214.191

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MEMP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Aumentativa	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Transferências e Delegações Recebidas	212.818.472	5.422.624.723
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	10.494.751	1.258.259
Outras Variações Patrimoniais	7.515.079	930.141
Exploração de Bens e Serviços	28.375	13.962
Total	230.856.678	5.424.827.084

7.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MEMP, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Variação Patrimonial Diminutiva	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Transferências e Delegações Concedidas	66.808.895	68.214.191
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	97.709.841	819.636.079
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	29.245.629	12.683.118
Pessoal e Encargos Sociais	21.767.464	17.989.739
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.761.743	4.502.045.731
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	75.491	50.198
Total	221.369.062	5.420.619.278

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 08 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é apurado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, conforme o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Em 31/12/2025, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 185,3 milhões conforme tabela abaixo:

Resultado Orçamentário	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Orçamento Corrente	- 166.257.723	- 563.835.094
Orçamento de Capital	- 19.043.370	- 4.500.000.000
Total	- 185.301.093	- 5.063.835.094

Conforme evidenciado no Balanço Orçamentário, o empenho de despesas atingiu 86,53% da dotação atualizada (R\$ 219 milhões). Por sua vez, a realização de receitas atingiu o montante de R\$ 4,9 Milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 09 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Em 31/12/2025, essa variação foi positiva em R\$ 1,33 milhões.

Geração Líquida de Caixa	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais	3.731.210	4.500.838.246
Atividades de Investimento	- 2.401.221	- 4.500.000.000
Atividades de Financiamento	-	-
Total	1.329.989	838.246

9.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais em 31/12/2025 apresentou um saldo positivo de R\$ 3,7 milhões. Decorrente principalmente dos ingressos de transferências financeiras recebidas e desembolsos para Comércio e Serviços.

9.2 Atividades de Investimento

A geração líquida de caixa nas atividades de investimento foi negativa de R\$ 2,4 milhões.

9.3 Atividades de Financiamento

A geração líquida de caixa das atividades de financiamento não teve impacto no resultado consolidado.

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No ano de 2025, o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 1,33 milhões e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado Financeiro	Órgão	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Orçamentário	- 185.301.093	- 6.598.692.817
Receita Orçamentária	4.982.765	-
Despesas Orçamentária	190.283.858	6.598.692.817
Resultado das Transf. Financeiras	204.159.373	5.414.719.639
Transferências Financeiras Recebidas	212.210.003	5.414.719.639
Transferências Financeiras Concedidas	8.050.630	-
Resultado Extraorçamentário	- 17.528.291	1.184.811.424
Recebimentos Extraorçamentários	98.967.195	1.199.373.325
Pagamentos Extraorçamentários	116.495.486	14.561.902
Total	1.329.989	838.246

As variações identificadas estão detalhadas nas notas explicativas que compõem este documento.

PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCTSP 22, considera-se parte relacionada qualquer pessoa ou entidade com capacidade de:

- a) Controlar outra parte;
- b) Exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais de outra parte; ou
- c) Estar sujeita a controle comum.

Incluem-se entre as partes relacionadas:

- a) Entidades que controlam ou são controladas, direta ou indiretamente, pela entidade que reporta;
- b) Coligadas, conforme definido na NBCTSP 18 – Investimento em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto;
- c) Indivíduos com participação direta ou indireta na entidade que reporta, conferindo-lhes influência significativa, bem como seus familiares próximos;
- d) Peças-chave da administração e seus familiares próximos;
- e) Entidades nas quais os indivíduos descritos nos itens 3 e 4 possuem participação substancial ou sobre as quais exercem influência significativa.

Pessoal-Chave da Administração

Pessoas-chave da administração incluem:

- a) Diretores ou membros do corpo administrativo da entidade;
- b) Pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

No contexto governamental, incluem-se:

- a) Membros do corpo administrativo de entidades governamentais com autoridade sobre o planejamento e controle das atividades da entidade;
- b) Assessores-chave desses membros;
- c) A alta administração da entidade que reporta, incluindo o dirigente máximo, exceto quando já incluído na alínea (a).

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Na União, devido à complexidade do tema, não há um único sistema que concentre informações detalhadas. Os principais sistemas e fontes de Informações são:

1. O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sob supervisão da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), centraliza a gestão de pessoal no Poder Executivo.
2. O Painel Estatístico de Pessoal (PEP), acessível em painel.pep.planejamento.gov.br, apresenta informações sobre despesas, distribuição de servidores por faixa de remuneração e outros dados organizacionais.
3. O Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) permite consultas individualizadas de remunerações no Poder Executivo Federal.